

De São Paulo a Ribeirão Preto: a interiorização da assistência institucional à infância durante a Primeira República

Sérgio C. FONSECA*

A produção da assistência à infância na passagem de século

O movimento de produção de meios de assistir crianças pobres em São Paulo durante a Primeira República e as semelhanças encontradas em Ribeirão Preto, devido à interiorização de idéias e práticas, pode ser estudado conforme quatro tendências perceptíveis na história da assistência à infância nessa época:

1) *Entre o final do século XIX e o começo do XX acontecem três ordens de mudanças verificáveis:* a) na presença na vida urbana de crianças nas ruas como fato cotidiano, fossem abandonadas, pobres ou menores; b) nas formas de entender e cuidar de órfãos e abandonados; e c) na produção das noções de abandono material e moral e na farta elaboração de legislação sobre infância, tanto federal quanto nos estados;

Desde a década de 1980, entre os temas recorrentes nos estudos históricos e sociais sobre a infância no Brasil, certamente, as questões acerca dos menores, do abandono, da assistência e das instituições pontuam a lista dos objetos de estudo mais freqüentes. Miriam Jorge Warde (2007) reforça essa constatação ao demarcar como momento produtivo dos estudos históricos sobre a infância o final dos anos 1980. Como resultado dessa tendência, a começar pela delimitação cronológica, a passagem de século entre o XIX e o XX ficou consagrada como momento de produção e afirmação de idéias sobre infância, moral, delinquência e abandono.

O período analisado neste estudo coincide com a opção de recorte temporal comumente presente nas pesquisas históricas e sociais, como é possível notar no balanço feito no início dos anos 1990 por Sartor (1993) a respeito da produção de pesquisas nas ciências sociais sobre infância pobre e abandonada e na *Bibliografia sobre história da infância no Brasil*, organizada por Rizzini e Fonseca (2001). Do mesmo modo, o território muito comum às pesquisas, como também se nota nesses trabalhos de listagem bibliográfica, refere-se ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo ou, em

* Professor Doutor na Universidade de São Paulo, na FFCLRP. sergiofonseca@ffclrp.usp.br.

geral, às capitais de estados. Em consulta aos anais dos trabalhos apresentados nas quatro primeiras edições do Congresso Brasileiro de História da Educação (XAVIER, 2000; ARAÚJO, 2002; SBHE, 2004; SBHE, 2006), de modo sumário, pode-se apontar ainda a constante presença de pesquisas que explicitam serem estudos sobre infância e que priorizam o século XIX, principalmente suas três últimas décadas, ou o XX até fins dos anos 1920.

Para além dos motivos pelos quais os estudos históricos e sociais reiteram o período de passagem de século, do XIX para o XX, e as capitais do centro-sul como opções preferenciais de tempo, tema e lugar de estudo, é importante reconhecer três tendências reiteradas a respeito do período entre 1890-1930 (representadas neste texto por determinadas referências selecionadas como expoentes): pesquisas dos anos 1990, a exemplo de Rizzini (1995), de Alvarez (1996) e de Vianna (1999), demonstraram ser a passagem de século do XIX para o XX a época da produção de idéias sobre abandono material e moral, o que pude reiterar em recente estudo (FONSECA, 2007); a segunda corresponde ao entendimento de que a filantropia pública compensou em parte a evasão estatal das questões sociais, como sustenta Marcílio (1998); a terceira indica que a presença na vida cotidiana das cidades de meninos e meninas pobres, menores e abandonados pelas ruas tornou-se fato comum desde fins do século XIX, conforme demonstraram Fausto (1984) e Frontana (1999), em estudos sobre a cidade de São Paulo, e Vianna (1999), sobre tema semelhante no Rio de Janeiro.

Os estudos indicaram esses processos ativos na passagem de século e as realizações estatais durante a Primeira República, por sua vez, descrevem a progressiva atuação pública quanto à elaboração de legislação, na subvenção à assistência particular oferecida ao público e no estabelecimento de instituições próprias, geralmente disciplinares. No caso de São Paulo, essas ações estatais podem ser descritas em razão da produção de instituições e de legislação entre 1902 e 1925. Nesse período, conforme levantamento que fiz na legislação e nos relatórios dos presidentes de estado, o estado paulista criou o Instituto Disciplinar do Tatuapé, em 1902, destinado a receber e reeducar meninos recolhidos das ruas, em 1907, a Colônia Correccional de Ilha dos Porcos, para aqueles até 21 anos classificados como “vadios” e “vagabundos”, e, no início da década de 1910, entraram em atividade mais dois institutos disciplinares, o de Mogi-Mirim e o de Taubaté (FONSECA, 2007; 2009). Em paralelo às instituições, o

estado paulista também legislou sobre a menoridade ao estabelecer em 1924 um ramo da justiça estadual específico para menores, na Lei Estadual n. 2059, de 31/12/1924. Essa lei estadual, regulamentada em 1925 pelo Decreto n. 3028 de 25 de março, antecipou a legislação nacional (o Código de Menores brasileiro, de 1927) quando criou o Juízo Privativo de Menores.

Quanto à polícia, o governo reorganizou o aparato policial e criou a Secretaria de Segurança Pública, em 1907, consolidou a legislação sobre processos policiais, organizou o Gabinete de Identificação da polícia, disciplinou o recolhimento de menores no Instituto Disciplinar e a internação na Colônia Correccional de Ilha dos Porcos (Decreto Estadual n. 1490 de 18/07/1907). Os três institutos disciplinares e a colônia correccional, somados aos abrigos e demais estabelecimentos públicos ou apoiados pelas subvenções estatais, dotaram o estado paulista e a cidade de São Paulo de uma rede institucional que progressivamente alcançou as várias expressões da delinqüência infanto-juvenil (da mendicância aos crimes contra o patrimônio e a vida, tal como definidos pelo Código Penal de 1890), bem como o abandono de crianças.

2) A história da atenção à infância pobre na cidade de São Paulo consagrou as sociedades particulares, os beneméritos, os filantropos, as associações confessionais e outros congêneres como idealizadores, promotores e mantenedores da assistência pública e institucional à infância pobre desde o século XIX;

Essa variedade de organizações e sujeitos, por sua vez, contribuiu para edificar, durante a passagem do século XIX para o XX, as bases do sistema privado de assistência à infância pobre, cujo produto é um conjunto de estabelecimentos fechados, a exemplo de seminários, recolhimentos, asilos e orfanatos. Os primeiros estabelecimentos públicos para órfãos na cidade de São Paulo datam de 1825, quando entraram em atividade o Seminário da Glória, para meninas, e o Seminário de Santana, para meninos. Até fins do século XIX o quadro de estabelecimentos públicos e privados pouco foi alterado, com novidades por volta de 1880, quando o relatório do governo da província noticiava estarem em atividade o Seminário da Glória, o Instituto de Educandos Artífices e o Instituto D. Anna Rosa (RELATÓRIO, 1880).

Os três grandes meios de registro e notícia das realizações dos governos paulistas (quer no Império e durante a Primeira República), a saber, os relatórios dos

presidentes (de província e depois do estado, quando em tempos republicanos), os anuários estatísticos e os anuários do ensino, constantemente listaram as instituições particulares com as quais o poder público manteve colaboração, em geral na forma de subvenções, isenções de impostos, loterias e pagamento de salários de professores. O anuário estatístico do estado de 1900 (REPARTIÇÃO, 1903) e o anuário de ensino de 1909 (DIRETORIA DE INSTRUÇÃO, 1910), registram de liceus a orfanatos, numa relação de estabelecimentos particulares da qual constam a Casa de Expostos anexa à Santa Casa de Misericórdia, o Liceu de Artes e Ofícios, o Orfanato Cristóvão Colombo, o Asilo do Bom Pastor, o Asilo de Órfãos N. S. Auxiliadora do Ipiranga e o Liceu Sagrado Coração de Jesus, todos fundados no século XIX, bem como a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, a AFBI, fundada com a participação de Anália Franco, em 1909. Quanto à ação estatal, há notícias nos aludidos anuários do Seminário de Educandas de N. S. da Glória, originário dos tempos do Império, mantido pelo governo paulista desde então e entregue aos cuidados das Irmãs de São José.

Nesse conjunto de estabelecimentos há, ainda, certa variedade quanto às formas de organização, público e finalidades, uma vez que os liceus recebiam meninos a partir de seis a sete anos e ensinavam ofícios, os orfanatos criavam os abandonados desde a primeira infância e o seminário que, além de criar, cuidava da colocação social das suas egressas. Como regra geral, todos estão circunscritos no campo da assistência institucionalizada, uma vez que, desde o ingresso de meninos e meninas como internos ou alunos, estabeleciam certo percurso institucional em substituição total ou parcial da família.

3) Apesar da existência de alguns seminários e liceus públicos durante o século XIX em São Paulo, as ações de recolhimento, criação e ensino de ofícios em geral foram produzidas por particulares;

O poder público estadual, assim como nas instâncias municipais, agiu como subvencionador, a ponto dos governos do Estado, da capital e de Ribeirão Preto naturalizarem a ação privada como compensadora da evasão pública da necessidade de cuidar e assistir a infância pobre. Nos orçamentos do Estado e na relação de instituições apoiadas com subvenções públicas e informadas nos anuários estatísticos e do ensino estão listados, como mencionado antes, estabelecimentos privados que cobriam da

criação de órfãos ao ensino de ofícios. E assim estão registrados porque há o reconhecimento, pelo governo, da insuficiência de sua atuação acumulada ao longo de anos e da possibilidade de remediar essa evasão do problema da infância por meio das organizações privadas que ofereciam assistência ao público. Quando da criação do Juízo de Menores, em 1925, seus encaminhamentos contavam com o conjunto de estabelecimentos ativos em São Paulo:

(...) em funcionamento há mais de um anno, o Juízo de Menores teve já um tão grande movimento, que bem demonstra quanto foi oportuna a sua instituição.

Eis seus feitos em 1925:

Menores internados em caráter definitivo: no Instituto Disciplinar de S. Paulo, 40; no de Mogy Mirim, 14; no Asylo Bom Pastor, 11; no Asylo da Divina Providência, 3; na Casa Pia de São Vicente, 1; no Collegio das Irmãs Immaculadas, 3; no Orphanato Crhistóvão Colombo, 2; no Asylo dos Expostos, 5 (...)

(MENSAGEM, 1926: 13)

Além dos estabelecimentos públicos, os institutos disciplinares de São Paulo e Mogi-Mirim, os demais são particulares e com os quais contava a justiça especializada em menores do estado pelo fato de seus serviços prestados ao públicos serem reconhecidos como capazes de completar a insuficiência do poder público. Em geral, nesta relação do público e do privado pesa a lógica da subvenção e da contratação, de forma que estas duas práticas reiteram a primazia da assistência privada oferecida ao público. Com o tempo essa relação é naturalizada, pois o poder público instituiu a subvenção e outros meios de destinar recursos às organizações assistenciais particulares para seguir contando com um sistema privado de assistência à infância, paralelo e auxiliar aos serviços públicos.

4) São Paulo e Ribeirão Preto, no que concerne à interiorização aqui estudada, são, respectivamente, a partida e o extremo do processo.

No caso da interiorização da assistência, os modelos e práticas encontrados em Ribeirão Preto durante a Primeira República, embora tenham fortes particularidades, coincidem e ao mesmo tempo reproduzem as formas de assistência existentes em São Paulo.

A formação histórica de São Paulo é anterior à de Ribeirão Preto, sem dúvida, de sorte que o aparecimento de instituições para crianças pobres e abandonadas é, também, mais

antigo na capital paulista. Por isso, a assistência na versão institucionalizada ser praticada durante mais tempo em São Paulo, desde 1825, pelo menos, época do aparecimento de seus dois seminários para meninos e meninas órfãos. Quanto a Ribeirão Preto essa forma será conhecida somente em 1917, ano da criação na cidade de um asilo para meninas órfãs, abandonadas ou entregues pelos pais. No correr do século XIX para o XX, a cidade de São Paulo experimentou, do ponto de vista da assistência à infância, a formação e a fixação de várias instituições destinadas aos órfãos, aos meninos e meninas pobres e aos menores, com fins distintos como criar os abandonados, caso dos asilos e orfanatos, de instruir para o trabalho, conforme a vocação assumida pelos liceus, e de recolher das ruas e corrigir pelo trabalho, de acordo com a especialidade das colônias regeneradoras e institutos disciplinares.

A interiorização paulista

No caso da história de São Paulo, a expressão interiorização, quando aplicada ao ciclo econômico do café, iniciado desde o começo do século XIX no Vale do Paraíba fluminense e passando à área paulista dessa região, assinala a cafeicultura como uma atividade econômica em progressivo encaminhamento na direção do interior. Durante meados do século XIX e nas primeiras décadas do XX, esse processo econômico influenciou no desenvolvimento de novas fronteiras agrícolas e no crescimento e formação de núcleos urbanos interiorizados. A começar pela formação de fronteiras agrícolas em regiões pouco desenvolvidas economicamente e de escassa população, a Província e depois Estado de São Paulo experimentou a contínua ampliação dos limites da ocupação de seu território. Do oeste velho, assim chamado o entorno de Campinas, que em outros tempos foi novo, até o oeste novo, em especial Ribeirão Preto, há um caminho traçado pela ocupação de novas áreas potencialmente produtivas, pela especulação imobiliária seguida pela formação de uma rede fundiária, própria da cafeicultura paulista, pela substituição do trabalho escravo pelo remunerado, e, fato de especial interesse neste texto, a formação de cidades, ou o crescimento das mais antigas e o conseqüente aumento demográfico.

Nesse período, de passagem do século XIX para o XX, como indicado por farta produção historiográfica, a cidade e a experiência urbana características do

Império, sofrem alterações, progressivamente dando lugar à urbanidade republicana. Enquanto as mudanças ocorridas nos centros urbanos, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, estão em processo na transição do Império para a República, sendo tendências consumadas até o final da segunda década do século XX, certas zonas interioranas, entre as quais a de Ribeirão Preto, experimentaram processos singulares de urbanização. No interior, como é o caso da zona mogiana e de Ribeirão Preto, acontece o crescimento das antigas povoações e a criação de municípios, porquanto o que responderia pela relação entre passado monárquico e a nova época republicana é o fato da antiga ocupação por entrantes mineiros da região, das fazendas e dos cultivos, das vilas, da escravidão e da baixa densidade demográfica, ceder lugar aos grandes empreendimentos cafeeiros, ao aumento populacional decorrente da imigração, à elevação de vilas a municípios, ao trabalho assalariado e ao trânsito ferroviário entre a capital e o interior.

Por sua vez, a imigração influenciou parte significativa da vida urbana das cidades interioranas que, outrora, eram quase acampamentos semi-urbanizados. Para o aumento demográfico e seu efeito sobre os núcleos urbanos da zona mogiana a imigração é uma força ativa no crescimento populacional e, porque não considerar, na diversificação social e na variedade de atividades produtivas praticadas nas cidades interioranas. Desde fins do século XIX, São Paulo, seja o estado e sua capital, assim como determinadas regiões interioranas, a exemplo de Ribeirão Preto, passaram por significativo aumento populacional em razão do assentamento de grandes contingentes de imigrantes europeus e, mais tarde no século XX, de outros continentes. No caso de Ribeirão Preto, a territorialização dessa população imigrada caracterizou-se pela sua distribuição pelas colônias das fazendas de café e por uma desproporcional concentração populacional no núcleo urbano. As duas contagens de população encomendadas pela Câmara e Prefeitura demonstram que em 1902 o município tinha na “cidade e nos subúrbios” 13.236 habitantes (CÂMARA MUNICIPAL, 1903: 15), passando a 58.220 habitantes no segundo recenseamento em 1912 (CÂMARA MUNICIPAL, 1920: 68). Entre esses números na contagem de 1912, grande parte da população estava nas áreas rurais, essencialmente em colônias de fazendas de café, na condição de trabalhadores assalariados, contando a cidade com 18.732 habitantes na

área urbana e 39.488 na zona rural, sendo 27.000 imigrantes na quase totalidade italianos (CÂMARA MUNICIPAL, 1920).

Se a cidade foi capaz de contar sua população, ainda que o serviço tenha sido contratado pelas duas instâncias do poder público municipal, Câmara e Prefeitura (CÂMARA MUNICIPAL, 1920), isso demonstra duas formas progressivas de institucionalização em processo no interior durante o tempo de transição de século entre o XIX e o XX: a primeira é a extensão a Ribeirão Preto de instituições oficiais de representação do Estado, a começar pelo judiciário, pelos coletores de impostos, pelo policiamento, pelos grupos escolares estaduais; e a segunda é a organização e o funcionamento do legislativo e do executivo da localidade. De acordo com indicações de Lages (1996) e Bacellar (2002), Ribeirão Preto foi fundada em 1854, sendo elevada à condição de vila em 1871 e, em 1892, torna-se sede da comarca, separando-se de São Simão. Em 1874 o município, já reconhecido assim desde 1871, estabeleceu sua primeira Câmara Municipal, até então e durante a Primeira República respondendo pelo governo da cidade. Nesse ritmo, até 1910, a cidade possuía cadeia, Câmara, Prefeitura e Fórum instalados e atuantes, bem como delegado e subdelegados, Comissão Sanitária, coletoria de impostos e dois ginásios estaduais.

Ao passo que aumentava em número de habitantes e contava com representações do poder público municipal e estadual, Ribeirão Preto colecionava questões com as quais seus habitantes e governantes tinham de conviver e produzir soluções. Havia a demanda por alimentos e o necessário abastecimento, a oscilação entre a salubridade e o adoecimento geral em razão das epidemias, as crianças e a devida escolarização, a infraestrutura e os melhoramentos urbanísticos e sanitários, enfim, uma pauta de demandas por resolver.

Em vista desse conjunto de problemas, os primeiros movimentos em direção à organização da assistência pública aos necessitados datam da última década do século XIX, época da fundação da Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia. Mais tarde, em 1905, surgiu a Sociedade Amiga dos Pobres, na Vila Tibério, conhecido bairro popular e de trabalhadores na época. Ainda no começo do século XX se tornaram ativas na cidade as associações leigas católicas de ação caritativa, como a de São Vicente de Paulo. As comunidades de imigrantes, com destaque para italianos e portugueses, cuidaram de produzir meios para o auxílio mútuo e, com isso, remediar a

falta de assistência destinada a seus compatriotas, fundando, assim, as célebres sociedades de socorros mútuos, algumas delas até hoje ativas em Ribeirão Preto. Somente no século XX, a partir de 1917, a cidade pode contar com organizações específicas para os órfãos e para os cuidados higiênicos com as crianças. Quando entraram em atividade, o Asilo Anália Franco e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em parte, atuaram nessas duas frentes, respectivamente.

A interiorização da assistência

Em comum, certos memorialistas e estudiosos da história da cidade de São Paulo noticiam a existência de organizações caritativas e assistenciais destinadas à infância pobre na capital paulista desde o início do século XIX. Diferentes textos, de artigos na *Revista do Arquivo Municipal*, a exemplo de Lowrie (1936), Franco (1944) e Ferreira (1940), de memórias históricas como as de Primitivo Moacyr (1942) ou Ernani Silva Bruno (1984), ao dicionário organizado por Amaral (2006), destacam as irmandades, a caridade e a benemerência de particulares como responsáveis por criar e manter esses estabelecimentos, respondendo quase exclusivamente pela assistência pública à infância paulistana desde o século XIX. No mesmo campo assistencial e na mesma época, o poder público monárquico e sua representação na província ofereceram menor contribuição para a instrução e tutela de meninos e meninas pobres e abandonados, participando pontualmente, portanto, de um sistema de cuidados públicos cujas iniciativas em geral costumaram partir de organizações particulares. Entre os estabelecimentos existentes até próximo ao fim do Império, Ferreira (1940), Moacyr (1942), e Amaral (2006) mencionam o Seminário de Educandas da Glória, fundado em 1825, o Seminário de Educandos de Santana, de 1825, e o Instituto de Educandos Artífices, de 1869, como obra dos governos provincial e imperial, respectivamente.

O primeiro deles, o Seminário da Glória, foi concebido para receber e cuidar da educação de meninas “órfãs, filhas de militares que, tendo servido à Pátria, morressem indigentes”, conforme estabelecia o aviso “expedido pelo Governo Imperial, de 8-1-1825” (AMARAL, 2006, p. 582). Outro congênere seu, o Seminário de Santana, foi idealizado para fins semelhantes, destinado “à educação de meninos órfãos e pobres, especialmente filhos de militares que haviam servido à pátria e morreram indigentes”

(AMARAL, 2006, p. 582). O terceiro estabelecimento, o Instituto de Educandos Artífices, tinha origens parecidas a estes seus similares, “criado pela Lei nº 26, de 5-7-1869, com caráter militar, anexo ao Corpo Policial e funcionando em quartel, teve seu regulamento baixado pelo presidente da Província, João Teodoro Xavier, em 3-1-1874” (AMARAL, 2006, p. 343).

Ainda como fato comum a essas criações do Estado Imperial na província de São Paulo, destaca-se a característica da precariedade enfrentada por esses estabelecimentos, havendo episódios de penúria vivida por abrigados, como esta passagem acontecida nos primeiros anos do Seminário de Educandos de Santana, registrada por Ferreira (1940, p. 56), na qual “os meninos chegam a passar privação de alimentos quando um escravo vem à cidade, pois o outro já é inválido”. Esse estabelecimento não sobreviveu até o fim do Império em razão da inconstância dos recursos financeiros recebidos do governo provincial e da dificuldade de existir sob o fim de criar e educar órfãos pobres. Por essas razões, o Seminário de Santana foi extinto em 1868, como atesta Amaral (2006), havendo divergência de Ferreira (1940, p. 58), para quem esse estabelecimento em 1874 foi “restaurado como Instituto de Artífices ou Escola de Educandos Artífices e nessa ocasião recebe muitos expostos”.

Sob propósitos semelhantes foram criados pela iniciativa de associações particulares o Liceu de Artes e Ofícios, em 1873, o Instituto Ana Rosa, em 1874, o Liceu Sagrado Coração de Jesus, em 1885 e o Asilo de Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em 1896. Em comum, todos foram concebidos pela iniciativa de sociedades civis ou caritativas, quase sempre inspirados por princípios humanitário-religiosos, exceção feita ao primeiro liceu aqui citado, bem como representaram certo tipo de ação assistencial pública organizada por particulares. Uma dessas associações nasceu como Sociedade Propagadora da Instrução Popular em 1873, para se tornar em 1882 o Liceu de Artes e Ofícios, cujo fim desde sua origem era oferecer escolarização elementar e profissional a meninos pobres. À exceção dos congêneres aqui citados, o Liceu alcançou o século XX ativo, estando no início da República “em fase de grande atividade e desenvolvimento, com uma matrícula de 738 alunos, número que fora em 1885 – 511; em 1886 – 594; em 1887 – 680”, dados estes reunidos por Ferreira (1940, p. 61), continuando na década seguinte, já em tempos

republicanos, entre 1893 e 1894, as suas atividades com um número de “583 alunos, sendo do curso primário 320 e do curso secundário 263” (MOACYR, 1942, p. 317).

Há registro, ainda, do Colégio D. Carolina Tamandaré, como informa Franco (1944), criado na última década do século XIX, durante a quarta administração estadual paulista na República¹. A fundação desse colégio resultou da iniciativa de um dos membros do círculo da família Souza Queirós, Manoel Batista da Cruz Tamandaré, que, em homenagem à esposa, D. Carolina de Souza Queirós Tamandaré, e aos filhos, falecidos, recolheu fundos para tanto e contou com o reconhecimento do governo estadual mediante uma lei (Lei n. 36 de 01/07/1892) e um decreto (Decreto n. 91 de 18/08/1892) que atestavam sua utilidade, além de destinarem subvenções públicas a esse estabelecimento. Assim como os similares da época, o Colégio D. Carolina Tamandaré, conforme definido em seu estatuto (no Decreto n. 91), consistia, na sua origem, em “um terreno e casa com capacidade para acomodar, segundo as regras de hygiene, sessenta meninas desvalidas” sob o fim de “diffundir a educação intellectual, moral e religiosa e ensinar tudo quanto deve saber uma mulher para ganhar honesta e independentemente sua vida e tornar-se uma boa mãe de família” (SÃO PAULO, 1892, p. 1).

Comparando os exemplos provenientes do século XIX, é certo que a assistência privada oferecida ao público respondeu com maior número de estabelecimentos e iniciativas às demandas do amparo à doença, à pobreza, à instrução de meninos e meninas pobres e às crianças órfãs, quando comparada às ações estatais nessa mesma época. As amas-de-leite, por exemplo, pagas para alimentar e cuidar de crianças pequenas entregues à roda da Santa de Casa de Misericórdia de São Paulo, fizeram parte de um sistema de criação de órfãos concebido quase totalmente por particulares; algo nomeado por Marcílio (1998, p. 136) como “sistema informal ou privado de criação dos expostos”. Quanto à instrução de meninos e meninas pobres, desde a primeira gestão do Estado em tempos republicanos², o orçamento estadual consignou recursos ao “Liceu Coração de Jesus, como auxílio à educação de meninos

¹ Trata-se do período em que José Alves de Cerqueira César assumiu a presidência do Estado, entre 15/12/1891 a 23/08/1892.

² Em 1890, durante o tempo em que Prudente de Moraes foi presidente do Estado, o orçamento para o exercício seguinte foi fixado pelo Decreto n. 50, de 28 de abril de 1890, no qual se previam subvenções aos referidos liceus, bem como ao Seminário de Educandas da Glória.

pobres, conforme contrato”, num total de “10:000\$000” e “ao Liceu de Artes e Ofícios, da Propagadora da Instrução Popular, para a educação de meninos pobres” a quantia de “12:000\$000” (FRANCO, 1944, p. 8). Portanto, até fins do século XIX, em São Paulo, a assistência inspirada pelas motivações humanitárias e/ou religiosas, associada aos poderes públicos ou suprindo sua ausência e em resposta à pobreza e ao abandono de crianças era a forma geral de amparo com que contavam as pessoas em caso de doença e a sociedade em razão dos filhos sem pais ou família.

As raízes desse tipo de ação assistencial foram lançadas desde o século XIX e se firmaram à medida que os estabelecimentos continuaram suas atividades alcançando o século seguinte, uma vez que passou ao XX a convivência entre a prestação particular de cuidados públicos e a instável ação estatal, no mais das vezes legitimando e subvencionando as organizações assistenciais privadas³. Trata-se, portanto, de um grande modelo baseado no recolhimento e na tutela, no caso dos órfãos ou abandonados, ou na instrução para o trabalho, quando se tratava das crianças pobres, cuja característica geral é a assistência institucionalizada, uma vez que nesse rol de estabelecimentos mencionados constam seminários, institutos e liceus fundados ainda no Império, na então província de São Paulo, especialmente as instituições ligadas a ordens religiosas, às associações cristãs e católicas, ou aquelas de iniciativa de organizações como a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, responsável pelo Liceu de Artes e Ofícios. Tal assistência institucionalizada, por sua vez, consagrou determinados agentes e papéis, sendo beneméritos, associações civis ou ligadas a confissões religiosas, ordens religiosas, membros das elites, intelectuais e ilustrados, os propositores de ações institucionalizadas e, acessoriamente, o poder público mantendo instituições próprias, em geral atuando como contratante e subvencionador, reiterando igualmente a ação concretizada em modelos institucionais com ênfase no recolhimento, na disciplina, no encaminhamento social e no ensino de ofícios subalternos.

Quanto a Ribeirão Preto, essa experiência da assistência institucional é tardia em comparação com São Paulo. A urbe interiorana esperou até 1917 para ter um asilo de órfãos, o Asilo Anália Franco, e um instituto modelado conforme aquele criado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, em 1901, no Rio de Janeiro. Anos depois, em 1922, a

³ Num artigo também comparativo como este (FONSECA, 2009), discuto as relações entre público e privado na assistência à infância pobre e abandonada, cotejando, para tanto, as cidades de São Paulo e Ribeirão Preto durante a Primeira República.

cidade recebeu um Patronato Agrícola, instalado e mantido pelo Ministério da Agricultura e cuja finalidade era a de receber meninos recolhidos das ruas por vadiagem e fazer com que fossem instruídos pelo trabalho agrícola.

No caso dos órfãos, o Asilo Anália Franco de Ribeirão Preto viabilizou a forma institucional de assistir crianças sem pais ou abandonadas. Pelo fato de estabelecer lugares exteriores à vida familiar, quando não em substituição, no caso dos órfãos, sob o fim de abrigar, criar e instruir os atendidos, as suas realizações se inscrevem no campo da assistência infanto-juvenil em ambiente institucional. Para tanto, a versão ribeirãopretana modelou seu estatuto, seus processos instrutivos e educativos, bem como suas convicções em conformidade com as idéias, propostas e realizações de Anália Franco na cidade e no Estado de São Paulo. A começar pela coincidência de princípios e pelo modelo institucional, há mais convergências do que diferenças entre o asilo de Ribeirão Preto e seus congêneres paulistanos. Desde os primeiros movimentos de fundação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), da qual Anália Franco foi fundadora e ativa liderança, os fins dessa organização eram “não só distribuir o pão que mata a fome, como o pão dos bons exemplos, da educação e do amor de Deus e do amor ao próximo, o que forma boas mães de família, o que faz o cidadão honrado e o operário laborioso, sem contanto filiar-se a credo algum, a fim de abranger todas as classes sociais” (ASSOCIAÇÃO, 1903, p. 218). Desse modo, a AFBI assumia princípios cristãos e ao mesmo tempo não se filiava a uma determinada confissão religiosa. Sob princípios semelhantes, o “Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto”, desde seu regimento, assumia a condição de “instituição humanitária cujo programma é praticar a caridade moral, intelectual e material ás criancinhas orphans sem distinção de cor, nacionalidade e crença religiosa”, enfatizando o propósito de oferecer “manutenção, educação e instrução, sem o menor constrangimento de opiniões religiosas, respeitando todas as crenças” (ASYLO, 1922, p. 5101).

Em comparação com as realizações da AFBI em São Paulo, a cidade de Ribeirão Preto esperou até 1917 para ter seu primeiro orfanato e, no mesmo ano, um outro modelo de instituição iniciava suas atividades: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Com essa organização local, um campo da ação institucional sobre a infância pobre, comum durante a Primeira República, estava contemplado, uma

vez que prestava “serviços de assistência médica, farmacêutica, alimentar e dentária”, bem como distribuía leite aos “protegidos” (INSTITUTO, 1922, p.1).

O nome dessa organização ribeirão-pretana imitava o célebre IPAI do Rio de Janeiro, fundado por Moncorvo Filho, em 1901, assim como havia semelhança quanto ao tipo de ação desenvolvida por ambos e pelo fato de serem liderados por médicos. O IPAI de Ribeirão Preto também era conhecido pelo nome de seu fundador, o médico Antonio Gouveia e, conforme a conexão formal entre os dois institutos, ratificada pelo Decreto Federal 3.877 de 1919⁴, a organização, os propósitos e os apoiadores do IPAI de Ribeirão Preto apresentavam características que remetiam ao modelo do Instituto do Rio de Janeiro.

Com o IPAI e o Asilo Anália Franco, duas versões da assistência institucional à infância produzidas e praticadas durante a Primeira República no Brasil e em São Paulo tinham seus representantes em Ribeirão Preto. Restava ainda um exemplar das instituições disciplinares, largamente difundidas durante essa mesma época. Em 1922 o Patronato Agrícola “Diogo Feijó” passou a ser o representante em Ribeirão Preto dos modelos institucionais vigentes durante a Primeira República quando se tratava de recolher das ruas, tutelar e instruir meninos fazendo uso do trabalho. Diferente do IPAI e do Asilo Anália Franco, o Patronato foi instalado por iniciativa do governo federal, uma vez que pertencia ao Ministério da Agricultura que adotou esse modelo em vários estados e o manteve até 1930, quando todos foram desativados.

Referências

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas*. Saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889 – 1930). São Paulo, 1996, 305p. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. (Coleção Paulística, vol XIX)

⁴ O Decreto Federal 3.877 de 12 de novembro de 1919 estabeleceu em seu artigo primeiro que: “São considerados de utilidade pública a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, a Liga Pro-Saneamento do Brasil e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, todos com sede nesta Capital, bem como suas filiaes já existentes”. Para o IPAI de Ribeirão Preto esse era o decreto com o qual sustentava sua condição de utilidade pública, uma vez que o citava em seus documentos, assumindo, desse modo, um vínculo formal/legal com o IPAI do Rio de Janeiro.

ARAÚJO, Marta Maria de. *Balanço do II Congresso Brasileiro de História da Educação. O cultivo de uma historiografia engajada com a história e a memória da educação brasileira*. Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/arquivo04.pdf>. Acesso em: 4 maio 2009.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICIENTE E INSTRUCTIVA DO ESTADO DE S. PAULO. Estatutos da Associação, Beneficiente e Instructiva do Estado de S. Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 27 jan. 1903, p. 218.

ASYLO DE ORPHANS ANALIA FRANCO DE RIBEIRÃO PRETO. Regulamento do Asylo de Orfhans Analia Franco. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 2 ago. 1922, p. 1, ano 34, n. 171.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O apogeu do café na Alta Mogiana. In: Carlos de Almeida Prado Bacellar & Lucila Reis Brioschi (Orgs.), *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de agora (1919-1954). 3ª ed. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura do Município de São Paulo, 1984. vol III.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Relatório apresentado pelo prefeito municipal Dr. Manoel Aureliano de Gusmão na sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo: Duprat & Comp., 1903.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920.

DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. 1909-1910. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1910.

FAUSTO. Boris. *Crime e Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Tolstoi de Paula. Subsídios para a história da assistência social em São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, v. LXVII, jun. 1940.

FONSECA, Sérgio César da. *Infância e disciplina*. O Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927), Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

FONSECA, Sérgio César da. A assistência à infância pobre na República Velha: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto (1900-1917). *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009, p. 203-220.

FRANCO, João Evangelista. O serviço de assistência aos menores no Estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. XCVIII, ano X, p. 7-44, set./out 1944.

FRONTANA, Isabel Cunha Ribeiro. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DE RIBEIRÃO PRETO. Requerimento. Ribeirão Preto. 1922. Datilo. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Requerimentos diversos, 1920-1925.

LAJES, José Antonio. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*. O povoamento da região da região pelos Entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LOWRIE, Samuel H. Assistência filantrópica na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. Vol. XXVII, ano III. São Paulo: Departamento de Cultura, Set. 1936.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1926, pelo Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo. In: SÃO PAULO. Relatórios dos Presidentes de Estado. 1ª República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

MOACYR, Primitivo. *A instrução pública no Estado de São Paulo*. Primeira década republicana (1890-1893). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942, 2 v.

RELATÓRIO apresentado á Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 5 de fevereiro de 1880. Santos, Typ. a Vapor do Diario de Santos, 1880.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. Relatório do Anno de 1900 apresentado em 13 de janeiro de 1902 ao cidadão Dr. Bento Pereira Bueno, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, pelo Dr. Antonio de Toledo Piza, Diretor. São Paulo. Typographia do Diário Official, 1903.

RIZZINI, Irene. Do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830-1990). In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças*. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

RIZZINI, Irma; FONSECA, Maria Teresa da. *Bibliografia sobre história da criança no Brasil*. Marília, SP: UNESP Marília Publicações, 2001.

SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 91, 18 ago, 1892. Approva os estatutos apresentados pelo dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, para o collegio-Dona Carolina Tamandaré. *Diário Official do Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 ago. 1892, p. 1, ano 2, n. 374.

SARTOR, Carla Silvana Daniel. Perfil da produção atual das ciências humanas e sociais sobre a criança no Brasil. In: RIZZINI, Irene. *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula/Amais Editora, 1993, p. 79-105.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação escolar em perspectiva história. SBHE/PUC-PR, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/index.htm>. Acesso em: 12 março 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. IV Congresso Brasileiro de História da Educação: a Educação e seus sujeitos na História. SBHE/UCG, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/index.htm>. Acesso em: 17 março 2011.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O Mal que se advinha*. Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

XAVIER, Libânea Nacif. Particularidades de um Campo Disciplinar em consolidação: um balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/arquivo03.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2009.

WARDE, Miriam Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 25, n.1, 21-39, jan/jun. 2007.